

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO RURAL EM MINAS GERAIS

Eduardo Magalhães Ribeiro¹²
Jovino A. de Moura Filho¹³
Djair de Aquino¹⁴
Marcelo Leles R. de Oliveira¹⁵

RESUMO: Este trabalho analisa a evolução dos salários de diaristas rurais em Minas Gerais tomando como referência o desenvolvimento das diversas regiões do estado. Mostra que os investimentos e projetos públicos de desenvolvimento rural, concentrados principalmente a oeste e sudoeste de Minas Gerais, produziram como resultado uma agricultura mais tecnificada e integrada à indústria nestas regiões. Os níveis de salários de diaristas rurais, no período 1976/1996, tenderam a acompanhar a geografia dos investimentos agrícolas distribuindo-se desigualmente pelas regiões, mantendo-se relativamente mais elevados naquelas mais dinâmicas e mais reduzidos naquelas de menor integração.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Transformação

O meio rural brasileiro foi marcado a partir dos anos 1970 por uma revolução produtiva que atingiu com intensidade o seu conjunto. Ocorreram transformações no processo produtivo, relações de produção, uso da terra, mercados fundiários, e, sobretudo, profunda alteração nas relações de troca entre agricultura e setor urbano. Uma revolução percebida aos poucos: mesmo que em menos de 10 anos tenha transformado o perfil produtivo agrícola, a avaliação de seus efeitos só veio a ser feita tempos depois.

A agricultura em geral - conforme definiu Graziano da Silva (1980) - libertou-se do "*laboratório natural*" e vinculou-se à produção industrial de insumos; deixou de ser uma "*esperança ao sabor da natureza, para tornar-se uma certeza sob o comando do capital*" [Graziano de Silva, 1980: 57].

Kageyama e outros (1991) interpretaram essa transformação como uma passagem do "*complexo rural*" - sistema produtivo baseado na antiga fazenda, isolada e pouco mercantil - para os "*complexos agro-industriais*"; a definitiva integração do rural ao industrial. A fazenda - unidade de produção isolada, que internalizava toda sua demanda de equipamentos e insumos - entrou em crise, dando origem a um setor artesanal de implementos e máquinas agrícolas, posteriormente consolidado no setor produtor de bens de capital para a agricultura, o chamado "Departamento 1", ou D1 agrícola, e, finalmente à integração dos mercados agrícolas brasileiros. Segundo Kageyama e outros (1991), a transformação da agricultura ocorreu com a introdução de maquinário e técnica no campo; então, o "*como*" produzir foi deixando de ser decisão do agricultor - saber artesanal, local e ecologicamente determinado - para transformar-se num processo industrial pré-definido.

Aquilo que autores, como Muller (1989), chamaram "*industrialização da agricultura*" foi o casamento da produção agrícola com os insumos de origem industrial. Por esse meio, aquela dependência que o agricultor conservava em relação à natureza desapareceu, e a produção da mercadoria agrícola passou a ser regida fundamentalmente por normas técnicas rigorosas, fora das quais retorno, lucratividade, permanência sistemática na atividade mercantil rural ficaram praticamente impossíveis.

Os efeitos desse conjunto técnico-produtivo, chamado às vezes "*pacote agrícola*" sobre os sistemas de produção rurais foram imensos: fragilização das plantas, o desaparecimento do cultivo múltiplo, consumo de poucas variedades vegetais, êxodo rural, concentração de renda e terra, diminuição da ocupação rural, entre outros. Delgado (1985), por exemplo, analisou os resultados da revolucionarização agrícola sobre o meio rural brasileiro mostrando a intensa concentração de renda e produção agrícola em determinados setores, reproduzindo a estrutura de centralização do setor industrial.

¹² Economista, professor adjunto do DAE/UFLA, Lavras. MG.

¹³ Sociólogo, professor adjunto do DAE/UFLA/MG.

¹⁴ Bolsista I.C. FAPEMIG do DAE/UFLA, Caixa Postal 37, 37.200.000, Lavras. MG.

¹⁵ Bolsista I.C. FAPEMIG do DAE/UFLA, Caixa Postal 37, 37.200.000, Lavras. MG.

O marco temporal correntemente aceito para delimitar o início dessa transformação agrícola é o ano de 1965: data daí o nascimento das políticas agrícolas agressivamente modernizadoras, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, que alavancou as transformações que ocorreram na agricultura. Delgado (1985) instituiu esta periodização como recorte, argumentando pela mudança que ocorreu na base técnica agrícola, daí em diante menos dependente da natureza e da força de trabalho rural, mais articulada à indústria produtora de insumos, bens de capital e processamento de mercadorias agrícolas. Desde aí, a agricultura *"passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados rrum setor especializado de indústria."* [Delgado, 1985 19].

Ocorreu assim uma integração com o setor urbano, pela compra de insumos e vendas de mercadorias; houve a crescente institucionalização econômica e legal da empresa rural como base e modelo de desenvolvimento agrícola, promotora dos aspectos empresariais, modernos e dinâmicos do negócio rural. A alavanca principal deste processo foi, desde os anos 1970, a intervenção de governo no meio rural, transformando a política agrícola num corpo de medidas acopladas e subordinadas à política econômica. Os instrumentos de ação pública na agricultura promoveram a transformação agrícola.

2 MERCADO DE TRABALHO RURAL

No Brasil sempre foram grandes as diferenças entre os mercados de trabalho rural e urbano. Este último formou-se com a industrialização, acelerada a partir dos fins do século XIX; formalizou-se, estabilizou suas relações contratuais por meio da CLT, em 1943. O trabalho rural, pelo contrário, sempre foi baseado em relações de domínio pessoal, apoiado no poder da fazenda sobre a terra, não-assalariado, patriarcal, pouco formalizado (Oliveira, 1977; Martins, 1979).

Essa situação perdurou até por volta dos anos 1960, quando dois fenômenos deram fim à grande dissociação entre trabalho rural e urbano. De um lado, a formação de um amplo mercado nacional de bens e serviços, tendo a cidade no seu centro, como balizador de mercado; de outro, a revolucionarização dos processos produtivos agrícolas que tenderam a dar, gradativamente, um fim às relações não-formais de trabalho rural.

A manifestação principal desse fenômeno foi o gigantesco êxodo rural, que entre 1970/1980 transferiu em tomo de 15 milhões de pessoas do campo para a cidade (Delgado, 1985; Souza, 1981). Assim, foi desabando o poder patriarcal rural sobre a força de trabalho e paulatinamente foram se adotando no campo as normas, contratos e referências do salário urbano.

A partir dos anos 1970, então, pode-se pensar, efetivamente, em mercado de trabalho rural brasileiro. Organizava-se de acordo com regras contratuais que foram ficando progressivamente mais claras, ao mesmo tempo que o avanço da capitalização no campo, mecanização e integração criaram uma crescente massa de trabalhadores com vínculos cada vez mais tênues com a terra, inteiramente dependentes do salário mensal ou diário.

Este processo, no entanto, embora radicalmente transformador da agricultura, apesar de vinculá-la definitivamente à indústria, não foi suficiente para eliminar a dependência da atividade agrícola da força de trabalho de pouca qualificação técnica.

Isto ocorreu porque, mesmo a agricultura passando por um processo agressivo de tecnificação, a mecanização rural não atingiu a totalidade dos processos produtivos. Revelou-se mais viável mecanizar as etapas de preparo de solo, plantio e tratos culturais; a fase de colheita, que não foi mecanizada em alguns dos bens agrícolas mais importantes - caso de cana-de-açúcar, café e feijão, por exemplo - passou a exigir mais trabalho em virtude da expansão da produção. Foram criados desta maneira desequilíbrios sazonais na absorção de mão-de-obra, havendo baixa demanda na entressafra e excessiva na colheita (Graziano da Silva, 1981; Souza, 1980).

O uso dos insumos industriais proporcionou, evidentemente, elevação da produtividade agrícola, ampliando a produção por unidade de área e a quantidade do produto a ser colhido. Mas se foi possível tornar o processo produtivo agrícola completamente mecanizado em alguns produtos - soja, trigo, milho - isso não ocorreu em todas as mercadorias agrícolas. Algumas - como o caso citado da cana-de-açúcar e café - apresentam forte dependência do trabalho humano intenso em momentos-chave da produção. Concluindo, pode-se afirmar que a incorporação de tecnologia aumentou tendencialmente a produtividade e ao mesmo tempo o emprego nas safras e desemprego nas entressafras.

A demanda por mão-de-obra no campo, mesmo tecnificado, apresenta então forte sazonalidade. Essa característica, apesar de variada por produto, tipo de produtor ou região, é uma constante na agricultura brasileira (Graziano da Silva, 1980; Kageyama e outros, 1991; Delgado, 1985). Apesar de demandar uma massa proporcionalmente decrescente da força de trabalho nacional, o setor rural ocupa grande número de pessoas em termos absolutos: em torno de 14 milhões de trabalhadores no começo dos anos 1990, segundo Graziano da Silva (1995), número que tem permanecido estável no correr dos últimos anos.

A agricultura brasileira modernizou-se, passou por rápido processo de integração com indústria e sociedade urbanas, monetarizou-se; os mercados agrícolas misturaram-se entre si e aos urbanos, mas não tomou-se uma unidade coesa. Apesar de existir integração entre setores, sinalização unificada de mercados, preços e práticas, a transformação agrícola não atingiu com a mesma intensidade e direção todo o espaço agrário. Integrou com lacunas, excluiu, produziu sistemas produtivos com profundas diferenças de inserção na economia envolvente.

3 MINAS GERAIS

Refletindo sobre o desenvolvimento recente da agricultura de Minas Gerais essa integração diferenciada tem que ser considerada como um elemento fundamental de análise. As políticas agrícolas de desenvolvimento e a expansão dos mercados agrícolas produziram resultados muito diferentes pelas regiões e produtos do estado. Elas podem ser analisadas por diversas perspectivas, que tanto podem ser as das políticas, quanto podem ser comentadas pelo viés regional, como, por fim, podem ser interpretadas tomando como referência a produção agrícola.

1. Analisando do ponto de vista das políticas de desenvolvimento agrícola, pode-se classificá-las em três vertentes:

- a. Políticas agrícolas genéricas, cujo principal instrumento foi o crédito rural oficial no período 1970/1980, atingido dispersamente o conjunto do rural (Ribeiro, 1988);
- b. Políticas agrícolas específicas de desenvolvimento agrícola regional, vigentes principalmente no período 1970/1985, que utilizaram como instrumentos o crédito rural, a dotação especial de recursos a fundo perdido, e o fornecimento de infra-estrutura pública e privada; estas, visaram principalmente os cerrados e o noroeste de Minas Gerais, e têm como principais exemplos o Polocentro e o Planoroeste (Nabuco, 1990; BDMG, 1989);
- c. Políticas rurais compensatórias, adotadas no mesmo período 1975/1985, prolongando-se algumas pelos anos 1990, atingindo segmentos fragilizados ou marginalizados das populações rurais com créditos especiais, comunitários e investimentos a fundo perdido em obras de infra-estrutura, como foram o caso do PAPP, MG-II, Prodemata (Ribeiro, 1988; Muinhos, 1992).

2. Do ponto de vista regional, as ações de políticas públicas e a expansão dos mercados agrícolas podem ser classificadas numa ordem que, embora correndo certo risco de simplificação, expressa suas trajetórias:

- a. Regiões que foram mais beneficiadas que outras, recebendo linhas especiais de crédito, facilidade de acesso a recursos, pesquisa e infra-estrutura dentro dos programas especiais. Em geral, os resultados podem ser observados na grande região dos cerrados, a centro-oeste e oeste de Minas Gerais, compreendendo as regiões do Alto São Francisco, Triângulo/Alto Paranaíba e parte do Noroeste (França, 1985; Ribeiro, 1986). b. Regiões que permaneceram à margem dos programas mais dotados de recursos para o desenvolvimento e dos mercados agrícolas, recebendo, por sua vez, maior volume de programas governamentais compensatórios. Estes, não deixaram efeitos marcantes sobre o perfil da produção agrícola familiar não-tecnificada, seu principal objetivo. Encontram-se, neste rol as regiões do Jequitinhonha, Rio Doce e Zona da Mata. Grosso modo, cabe nesta tipificação todo o leste do estado de Minas Gerais (BDMG, 1989; Muinhos, 1992; Nabuco, 1990).

3. Do ponto de vista da produção agrícola, houve expansão produtiva, espacial e tecnológica mais acentuada de determinados produtos, melhor dotados de crédito, esforços resultados da pesquisa, integração agroindustrial e conseqüente expansão de mercados. Certos bens agrícolas como café (através do Plano de Recuperação e Revigoramento dos Cafezais - PRRC), soja (POLOCENTRO e Programas de Assentamento Dirigido - PADs), eucalipto (Fundo de Incentivos Setoriais - Fiset) e cana-de-açúcar (PROALCOOL) receberam melhores e mais rendosos estímulos. Outros produtos, de menor integração agroindustrial e dinamismo, receberam relativamente menos dotações e, portanto sua trajetória tem sido pouco associada às políticas públicas e aos mercados nacionais (BDMG, 1989; França, 1985; Ribeiro, 1986; Nabuco, 1990).

Resumidamente, então, pode-se concluir que as políticas públicas de desenvolvimento dinamizaram algumas regiões agrícolas de Minas Gerais - Sul, Triângulo/Alto Paranaíba, parte do Noroeste e Alto São Francisco. De outro lado, pouco efeito acrescentaram - seja pela pequena dotação de recursos de crédito e investimento ou pela natureza dos programas - às regiões do Rio Doce, Jequitinhonha, Metalúrgica/Campo das Vertentes e Zona da Mata (BDMG, 1989).

Isto não significa que exista homogeneidade, no dinamismo ou não-dinamismo, da economia rural dessas regiões. Pelo contrário, se é possível encontrar um tom dominante nas zonas rurais das regiões, ele não é especialmente contínuo; ficaria, certamente, mais correto afirmar que cada região apresenta difusa homogeneidade de características agrárias, como resultado das diversas políticas de desenvolvimento rural dos anos 1960 a 1980. Os ritmos dos capitais agrários foram desiguais em relação a tempos, produtos, produtores, mercados e espaços rurais. Foram ritmos, ao mesmo tempo universalizantes - porque homogeneizaram as balizas de preços agrícolas e mercados de produtos e terras - e particularizantes - porque conservaram muitas das formas regionalmente específicas de organizar produção, trabalho, apropriação da terra (Martins, 1993; Muller, 1989).

4 OBJETIVO

Este trabalho tem como propósito analisar a evolução dos salários de diaristas rurais em Minas Gerais comparativamente ao perfil das políticas públicas e do desenvolvimento das diversas regiões do estado. Tomando como referência o cenário mais global das políticas agrícolas e da expansão econômica, referenciando-se também pela dinâmica própria do setor rural - marcado pela profunda influência dos fenômenos naturais sobre a produção, determinando flutuações periódicas e sazonais das contratações de mão-de-obra - procura-se compreender o movimento regional de ascenso ou decréscimo dos salários de diaristas rurais de pouca qualificação.

5 METODOLOGIA DE TRATAMENTO DOS DADOS QUANTITATIVOS

A metodologia empregada para o tratamento dos valores neste trabalho consistiu na análise dos dados referentes aos salários pagos a diaristas rurais nas 8 regiões de planejamento de Minas Gerais. Estes dados foram sistematicamente reunidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG - entre 1976 e 1989, e publicados na sua revista Informe Agropecuário. A partir de 1989 os dados foram coletados e armazenados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG.

No ato de coleta estes dados são conceituados por estas agências como Salário médio a seco de um trabalhador. Este critério expressa o rendimento diário médio auferido por um trabalhador rural, não-qualificado ou de pouca qualificação, contratado por período curto de tempo, sendo que o alimento consumido no dia de serviço fica por conta do trabalhador, chamado então de diarista "a seco".

Para ser analisada, a série salarial foi deflacionada pelo Índice de Custo de Vida apurado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos ICV/DIEESE. Depois de deflacionados os salários nominais, foram construídas médias anuais, expressando assim o poder de compra médio do assalariado rural nas diversas regiões de planejamento de Minas Gerais (Alto São Francisco, Noroeste, Sul, Triângulo/Alto Paranaíba, Rio Doce, Mata, Metalúrgica/Campo das Vertentes, Jequitinhonha). As exceções foram os anos de 1994 e 1996; para estes, cujos valores estavam expressos já na fonte de coleta em reais, foram utilizados valores históricos.

Para fins desta análise os valores dos salários, depois de transformados em uma base comum, foram comparados ano a ano nas diversas regiões. Os destaques regionais, para cima ou para baixo ficam evidenciados, revelando as regiões onde os níveis de salários médios anuais são mais elevados e aqueles onde são mais reduzidos. As tendências manifestas nas séries salariais de diaristas rurais para as regiões de planejamento foram analisadas à luz do desenvolvimento rural nas regiões, balizando-se pelos estudos sócio-econômicos que tem sido realizados sobre Minas Gerais.

6 RESULTADOS E CONCLUSÕES: MERCADOS DE TRABALHOS REGIONAIS DESIGUALDADES SALARIAIS

Os gráficos I a VIII apresentados a seguir mostram a trajetória dos salários/dia de diaristas rurais de 1976 a 1996, comparada por região e com a média do estado. Foram selecionados alguns anos, procurando expressar parte da diversidade global da economia brasileira nestes 20 anos, nos aspectos globais e rurais. O ano 1976 é ponto de partida da periodização, marcado, conforme Guedes Pinto (1981), pela forte expansão do crédito rural e do subsídio implícito com o início da escalada inflacionária; 1980 marca o apogeu das políticas públicas de desenvolvimento rural (Delgado, 1985); 1983 está incluído no período recessivo dos anos 1980; 1986 foi marcado pelo congelamento de preços e ativação global da economia do Plano Cruzado; 1989 foi marcado pela inflação acentuada, assim como o ano de 1992, que além disso apresentou crescimento econômico muito moderado; os anos finais, 1994 e 1996, caracterizam-se pela estabilização de preços e salários, além de uma certa euforia agrícola.

A análise empírica dos gráficos, procurando estabelecer as regiões de maiores níveis salariais, demonstra, em praticamente todo o período analisado, a liderança dos níveis salariais praticados na região do Triângulo/Alto Paranaíba, apresentada nos gráficos de I a VIII sob o número 5; em 7 das 8 distribuições apresentadas nestes gráficos, os níveis salariais pagos aos diaristas desta região representam quase o dobro dos níveis praticados nas regiões do Rio Doce e Noroeste.

Junto ao Triângulo/Alto Paranaíba, em quase todos os anos selecionados, as regiões Sul e Alto São Francisco apresentam os mais elevados níveis de salários pagos aos diaristas rurais de Minas Gerais, conforme exibem os Gráficos I a VIII.

Estes dados mostram uma evidente associação entre níveis salariais e desenvolvimento agrícola regional. Estas regiões - Triângulo/Alto Paranaíba, Sul e Alto São Francisco - foram aquelas que receberam os recursos de crédito dos programas governamentais considerados os mais bem sucedidos, como Polocentro e PRRC. Assim, pode-se concluir que, embora o desenvolvimento rural tenha promovido brutal redução da população rural nestas regiões (BDMG, 1989), por outro lado, estimulou a elevação dos salários-dia de trabalhadores rurais.

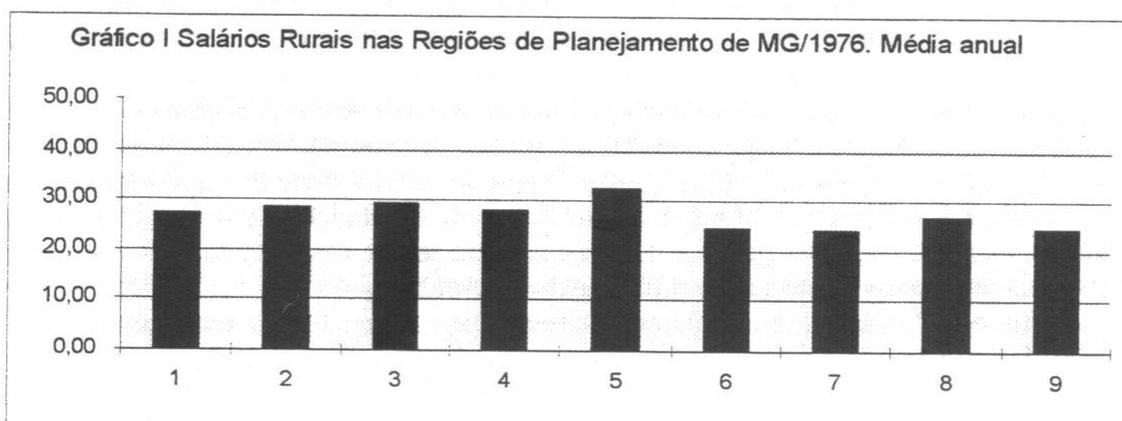
Utilizando do mesmo procedimento e selecionando nos Gráficos I a VIII os níveis mais baixos de salários de diaristas, eles serão encontrados, mais acentuadamente, nas regiões do Jequitinhonha, Rio Doce e Zona da Mata. Eventualmente, em determinados anos, aparecem as regiões Metalúrgica/Campo das Vertentes e Noroeste. Não por acaso, as primeiras foram as regiões menos dotadas de recursos de programas de desenvolvimento por meio do crédito rural; de outro lado, pautam-se por serem quase sempre regiões expulsoras de força de trabalho sazonal e definitiva, particularmente Jequitinhonha e Rio Doce (Brito, 1995). Dessa maneira, a ausência de dinamismo agrícola regional - finto das características históricas locais e das distorções de políticas públicas - tem um evidente efeito depressivo sobre os níveis de salários rurais de menor qualificação. Neste particular, os baixos níveis salariais locais ajudam a compreender o intenso movimento migratório sazonal de diaristas rurais das regiões mais a Nordeste do estado, Rio Doce e Jequitinhonha, para outras áreas agrícolas de Minas Gerais e do Brasil (Ribeiro, 1996).

Obviamente que devem ser considerados muitos outros fatores além das políticas públicas na determinação dos níveis salariais rurais. Pesam fatores locais, dotações naturais, processos históricos de integração rural-urbano e evolução demográfica. No entanto, considerando o perfil característico das políticas públicas, francamente ativador da tecnificação agrícola regional, deve ser observado que a mecanização agrícola dessas regiões que mais se capitalizaram tem servido, historicamente, para nelas manter mais elevados os salários rurais, muito embora não sirva, igualmente, para conservar a mão-de-obra no campo.

Há grande identidade entre o dinamismo regional, estimulado pelas políticas de desenvolvimento rural, e os níveis de salários pagos aos trabalhadores diaristas. Grosso modo, os salários tendem a

apresentar-se mais elevados, de acordo com a característica histórica de receptora de recursos para a agricultura. Conclui-se assim que os termos freqüentemente utilizados para caracterizar o desenvolvimento, associando o dinamismo agrícola à miséria rural, têm que ser pelo menos relativizados, porque estas regiões mais modernizadas efetivamente não conservam trabalhadores rurais residentes nos campos; no entanto, são as que os remuneram melhor.

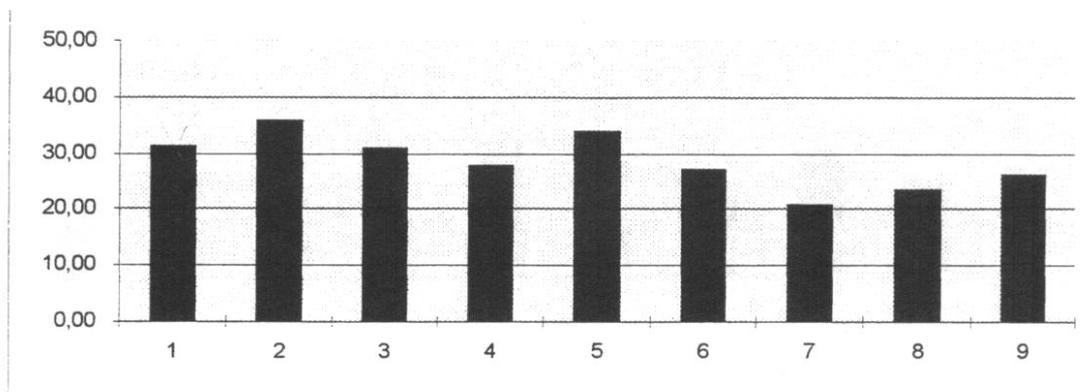
TABELAS



Fonte: EPAMIG/Valores deflacionados pelo ICV-DIEESE (Base 1986).

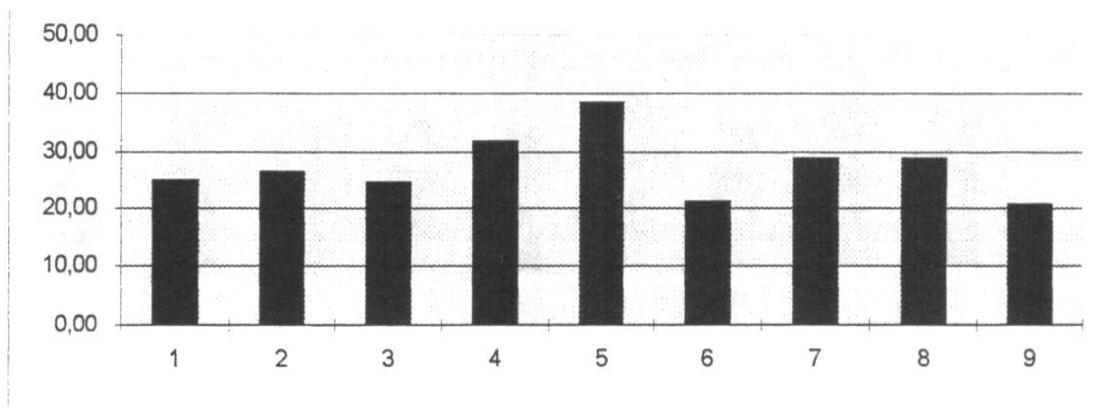
Legenda: 1. Média de Minas, 2. Alto do São Francisco, 3. Noroeste, 4. Sul de Minas Gerais, 5. Triângulo/Alto Paraniba, 6. Rio Doce, 8. Metalurgia e Campo das Vertentes, 9. Jequitinhonha.

Gráfico II Salários Rurais nas Regiões de Planejamento de MG/1980. Média anual.



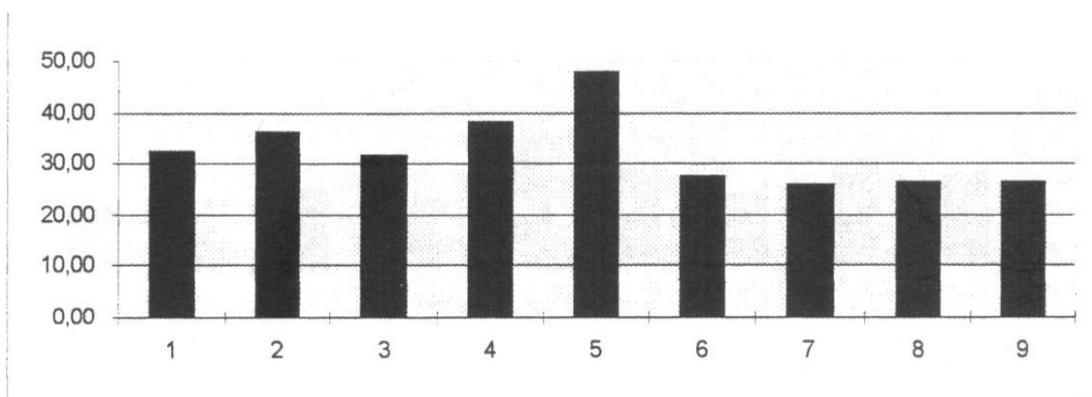
Fonte e Legenda : Idem Gráfico I

Gráfico III Salários Rurais nas Regiões de Planejamento de MG/1983. Média anual.



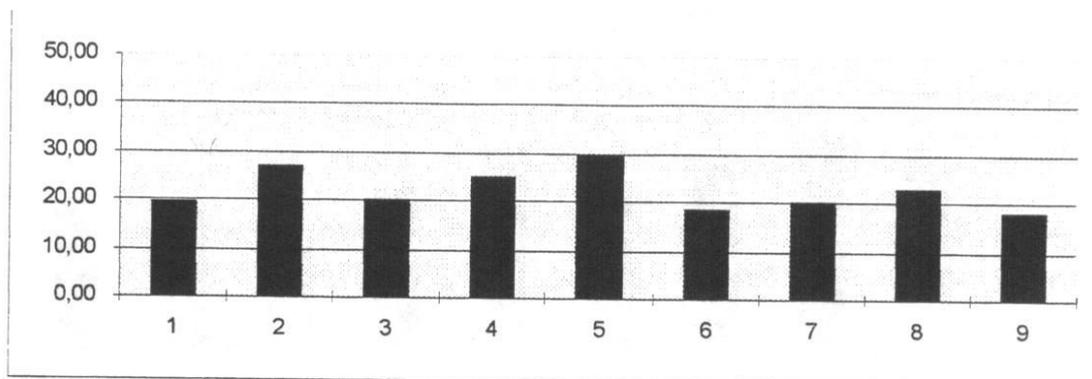
Fonte e Legenda : Idem Gráfico I

Gráfico IV Salários Rurais nas Regiões de Planejamento de MG/1986. Média anual.



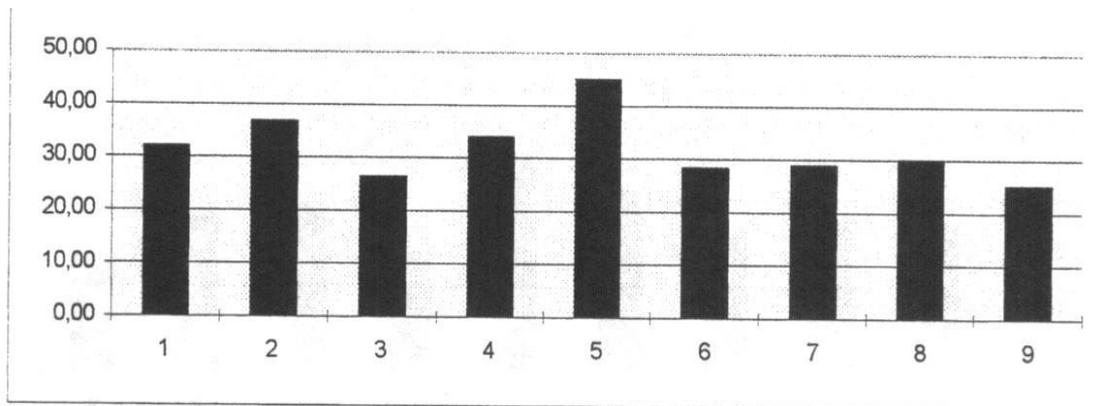
Fonte e Legenda : Idem Gráfico I

Gráfico V Salários Rurais nas Regiões de Planejamento de MG/1989. Média anual.



Fonte e Legenda : Idem Gráfico I

Gráfico VI Salários Rurais nas Regiões de Planejamento de MG/1992. Média anual.



Fonte e Legenda : Idem Gráfico I

Gráfico VII Salários Rurais nas Regiões de Planejamento de MG/1994. Média anual.

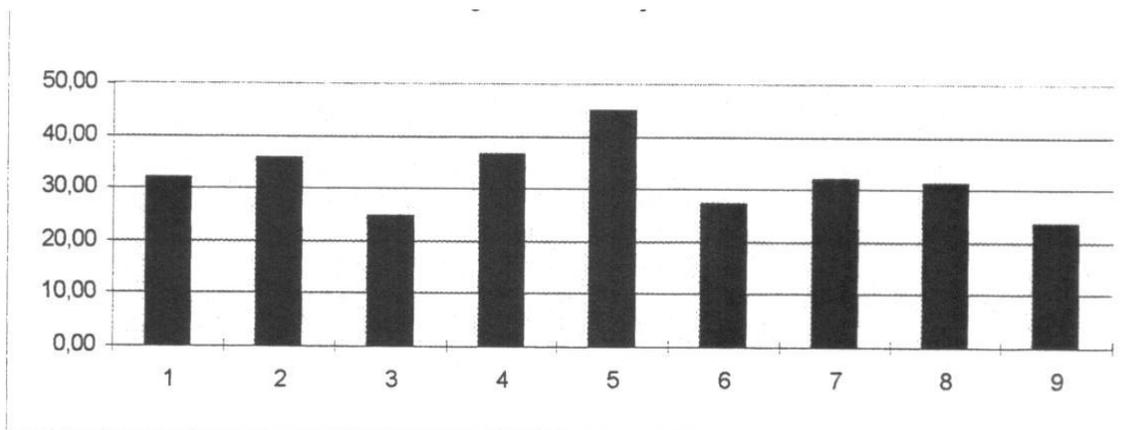
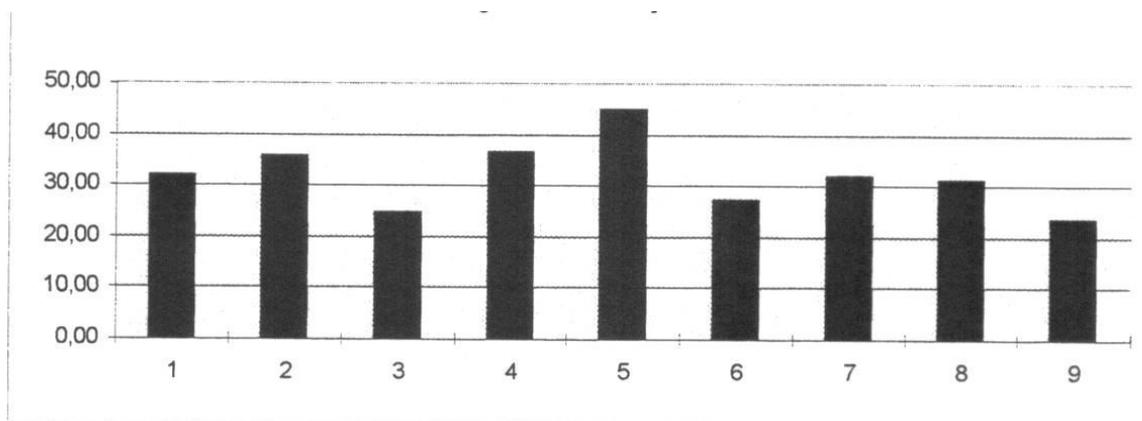


Gráfico VIII Salários Rurais nas Regiões de Planejamento de MG/1996. Média anual.



7 BIBLIOGRAFIA

- BDMG/ Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. *Economia Mineira 1989 Diagnóstico e Perspectivas*. BH, BDMG, 1989.
- BRITO, Fausto e SOUZA, Josiane. "Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil." Diamantina, Anais do VII Seminário sobre a economia mineira.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura brasileira*. SP/Campinas, Ícone/Educativa, 1985.
- FRANÇA, Múcio. "O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais." Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1984. Dissertação de mestrado.
- GRAZIANO DA SILVA, JF. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista*. Campinas, 1980. Tese de doutorado IFCH/ Unicamp.
- GRAZIANO DA SILVA, JF. *O que é questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, JF. "Urbanização e pobreza no campo." IN RAMOS, P. e REYDON, B.P. (orgs.) *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas, ABRA, 1995, pgs. 127-149.
- GUEDES PINTO, L.C. "Notas sobre a política brasileira de crédito rural". Campinas, IFCH/Unicamp, mimeografado, 1981.
- INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte, EPAMIG. Vários números, 1976/1989.
- KAGEYAMA, Ângela (coord) "O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais". IN DELGADO, G. (org) "Agricultura e políticas públicas." Brasília, IPEA, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil Petrópolis*, Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo, HUCITEC, 1993.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrícola*. São Paulo, HUCITEC, 1989.
- MUINHOS, Marcelo K. "O alcance do planejamento estadual no Brasil: os planos mineiros de desenvolvimento na década de 70." IN Anais do VI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1992.
- NABUCO, Maria Regina (org.). *Contradições do desenvolvimento agrícola em Minas Gerais: uma perspectiva regional*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1990.
- NABUCO, Maria Regina e LEMOS, Mauro Borges. "A rota do capital agrícola em Minas Gerais." IN PAIVA, Paulo (org.) *Minas em questão*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista* SP, CEBRAP/ Brasiliense, 1977.
- REIS, J.G. Almeida e BARROS, R.P. de. Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes. IN CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI, F. (orgs) *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- RIBEIRO, Eduardo M. "Metodologias de trabalho no campo." Relatório de Pesquisa. Montes Claros, CAA, 1988.
- RIBEIRO, Eduardo M. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte, CEDEFES, 1996.
- SOUZA, Paulo Renato. *A determinação dos salários e empregos nas economias atrasadas*. Campinas, IFCH, 1980. Tese de Doutorado.
- SOUZA, Paulo Renato. *Emprego, salários e pobreza*. Campinas, Hucitec/FUNCAMP, 1980.